

Sarney

José Negreiros

# O presidente em estado de graça 30 AGO 1986

JORNAL DO BRASIL

do terceiro andar do Palácio do Planalto sem pedir licença.

O Sarney da quinta-feira estava absolutamente dono da situação, pois a memória do país que se cultiva hoje tem como ponto de partida o Plano Cruzado, a principal obra política de seu governo, cujos seis meses ele fez questão de comemorar com desembaraçada demonstração de otimismo. É verdade que o plano se encontra no seu momento de maior vulnerabilidade, vítima da cobrança indiscriminada de ágios, alvo de pressões políticas pelo descongelamento que tem certa simpatia oficial, exposto à alta dos juros e diante do fim do desconto entre fornecedores e clientes. Mas é verdade que nenhum presidente, desde o fim do "milagre econômico" no início da década de 70, pode ser tão positivo e afirmativo quanto Sarney a respeito da economia. A inflação caiu de mais de 15% para 1% ao mês; o poder de compra de todas as classes sociais aumentou tanto a ponto de justificar medidas contra o consumismo; e a ausência de carne, frango, ovos, leite e queijos na mesa dos brasileiros, por um período já superado pela importação desses produtos, parece queixa ridícula diante da certeza de que eles nunca frequentaram a mesa de pelo menos 40% da população, historicamente excluída do bolo da renda nacional. O que resta fazer está no domínio da negociação com os credores internacionais, com o objetivo de bloquear transferências do Produto Interno Bruto ao

exterior na forma de pagamentos de uma dívida contraída em bases injustas. Disso o presidente tratará com o líder da maior potência ocidental, certo de que será compreendido quando defender a tese de que o cruzado, na verdade, não se limita a uma reforma técnica, mas, 180 dias após sua implementação, transformou-se na própria garantia da transição democrática. Trata-se de uma linguagem que os Estados Unidos entendem, porque seu interesse está sempre associado à estabilidade política continental e, no momento, poucos países dão demonstração de maturidade nesse domínio quanto os latino-americanos recém-egressos da ditadura.

Difícilmente o presidente Sarney desfrutará de melhor condição política para tentar tal passo. Seus adversários internos parecem insulados pela perspectiva de eleições nas quais o candidato ao governo estadual é o responsável pelo tamanho das bancadas na Constituinte, fato que reduz a margem de representação do PT e PDT. O chefe do primeiro, Sr Luís Inácio da Silva, faz uma dura autocrítica de suas reduzidas chances, reconhece a fragilidade do partido e condena o povo por seu direitismo; o governador Leonel Brizola enfrenta dificuldades no Rio de Janeiro como no Rio Grande do Sul e, para espanto do governo, não critica o tímido cruzadinho, este sim, um plano reconhecido como insuficiente até pelos seus autores.

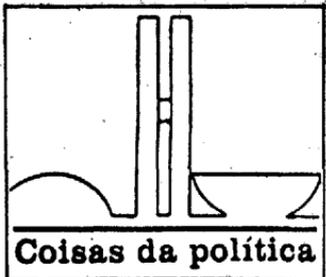
Numa projeção sobre o futuro, feita esta semana

por consultores políticos do Planalto, chegou-se à constatação de que a Constituinte dificilmente encerrará os seus trabalhos num prazo inferior a dois ou três anos, ao contrário de suas antecessoras. Desta vez, funcionará simultaneamente à Constituinte um Congresso encarregado da legislação ordinária, o que tranquiliza os parlamentares quanto ao uso do decreto-lei a que o presidente Gaspar Dutra teve de recorrer em 46. Além disso, a primeira ocupação dos constituintes será a definição de seu próprio regimento interno, estatuto que demandará pelo menos seis meses para ser elaborado, se mantida a dificuldade atual da política brasileira para encontrar o consenso, mesmo em busca do que é considerado bom para a maioria.

Resolvido esse capítulo, resta o fato de que a assembleia funcionará em apenas um turno, não faz parte da tradição parlamentar brasileira o trabalho além da quinta-feira e a certeza de que persistirá um resíduo de problemas econômicos suficiente para deixar a todos inseguros. Bastará, então, que o Executivo, em nome do povo, sirva aos parlamentares projetos polêmicos como esse sobre o regime jurídico para o software e aguarde. A Constituinte estará tão dividida sobre isso que Sarney será capaz de governar seis anos, apenas porque ninguém chega a uma conclusão sobre inúmeras outras questões. Quanto mais sobre o prazo de seu mandato.

José Negreiros é repórter do JORNAL DO BRASIL em Brasília.

Às vésperas de um dos momentos mais importantes de seu governo, quando viajará aos Estados Unidos para tratar de um tema delicado como a dívida externa, o presidente José Sarney foi à televisão e, pela primeira vez, exibiu a tranquilidade de quem domina os assuntos de estado e tem hoje intimidade com os problemas de uma administração que merece suas críticas desde a posse. Foi um Sarney completamente diferente do político tenso que assumiu a liderança de um processo orfão pela perda trágica do chefe, sitiado pelas seqüelas da instabilidade social que se instalara como doença desde a recessão e prisioneiro de uma crise econômica que fazia a inflação dobrar a cada trimestre. Naquela época, quando falava em público, era quase possível vislumbrar por trás da silhueta do presidente a sombra da tutela tancredista, representada pelo ex-ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, de mãos dadas com o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, que costumava entrar no gabinete



Coisas da política